

Relatório e Contas

CA Monetário

Fundo de Investimento Mobiliário
Aberto do Mercado Monetário


i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice



Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	8
Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo	12
Informação relativa à Gestão do Fundo	13
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	15
Eventos Subsequentes	16
Notas Informativas	19
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia	52
Relatório de Auditoria	64





i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo foi constituído em 6 de outubro de 2008 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA MONETÁRIO.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, SA.

A 19 de junho de 2019 o fundo assumiu a tipologia de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável, de acordo com o Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de junho de 2017.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

A combinação de fundamentais económicos sólidos, com o desempenho económico mais favorável do que o esperado e as políticas orçamental e monetária mais expansionistas permitiu desempenhos favoráveis das principais classes de ativos em 2025. No entanto, a simples observação do perfil anual de valorização oculta as vagas de volatilidade intra-anual.

Depois de os ativos de risco iniciarem o ano com fortes ganhos, a criação de emprego de dez-24 (a melhor leitura em 9 meses) justificou a subida das taxas de juro dos EUA para máximos do ano, com base na perceção de resiliência económica e da possível postura mais expectante da Fed. Ainda em janeiro, a apresentação do modelo de inteligência artificial da Deepseek justificou a primeira vaga de volatilidade nos mercados financeiros de 2025 – associada à qualidade de resposta do modelo, com uma fração dos custos, comparativamente aos modelos dominantes até então – particularmente no segmento tecnológico.

Também as políticas da Administração Trump contribuíram para agitar os mercados financeiros praticamente desde o dia da inauguração, ao surpreender o mundo com a prossecução de uma política externa agressiva, assente na imposição de tarifas aduaneiras sobre alguns dos seus principais parceiros comerciais, incluindo o México, o Canadá e a China.

Ainda no decorrer do 1º trimestre de 2025, a esperança num cessar-fogo na Ucrânia e a perceção de menor suporte dos EUA nessa guerra galvanizou o setor de defesa europeu, com base no reforço dos compromissos de gastos nesse segmento na região. Os ganhos nas ações europeias e principalmente a trajetória ascendente das taxas de juro da região saíram reforçados pelo resultado das eleições na Alemanha e pela subsequente flexibilização do “travão da dívida”, que acomodou um aumento substancial dos gastos em defesa e um programa de €500 mil milhões de investimento em infraestruturas neste país. Este tema esteve mesmo na origem da maior subida diária da taxa de juro germânica desde 1990 (+30pb).

O segundo trimestre iniciou-se com o principal pico de volatilidade nos mercados financeiros em 2025, no denominado “*liberation day*” (2 de abril), em que Donald Trump anunciou tarifas “recíprocas” sobre a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA. As tarifas aduaneiras anunciadas foram significativamente superiores ao esperado (entre 10% e 50%), incluindo 20% sobre os bens da UE, 24% sobre o Japão e de 34% sobre a China.

De imediato, assistiu-se a correções históricas dos ativos de risco, em particular dos mercados acionistas, com base na incorporação de riscos significativos de recessão.

A retaliação da China e a subsequente escalada de tarifas até um pico de 145% sobre a China e 125% pela China sobre os bens dos EUA, juntamente com a retórica agressiva de Trump relativamente à atuação da Fed, (que incluiu ameaças de despedimento de Powell), alimentaram perdas subseqüentes nas sessões seguintes. Os mercados financeiros viriam a estabilizar com o anúncio de um período de suspensão das tarifas “recíprocas” a 9 de abril, no qual seriam impostos encargos aduaneiros de “apenas” 10% durante um período de 90 dias. Trump tranquilizou ainda os investidores ao revelar que não planeava demitir Powell. A 12 de abril seguiu-se um acordo preliminar com a China, que reduziu drasticamente as tarifas impostas por ambas as partes.

Apesar dos desenvolvimentos relacionados com as tarifas aduaneiras não terem ficado por aqui, com outros anúncios de tarifas setoriais e ameaças de novas escaladas de tarifas, a sequência de eventos descrita marcou um ponto de viragem, com uma perceção progressivamente menos negativa pelos investidores. Nos meses que se seguiram, foram alcançados múltiplos acordos comerciais de natureza bilateral, incluindo com o Reino Unido, a União Europeia, a Coreia do Sul e o Japão, entre outros.

O entusiasmo dos investidores em torno do tema da inteligência artificial viria a estar entre os temas dominantes entre o terceiro e o quarto trimestres do ano, a par dos impulsos da política orçamental nos EUA (aprovação da “*One Big Beautiful Bill*” no Congresso), da política monetária (cortes de 75pb taxas diretoras da Fed) e até da eleição de Sanae Takaichi como nova líder e Primeira-Ministra do Japão, que implementaria pouco depois um pacote significativo de estímulos orçamentais.

Como descrito, as *yields* do segmento de dívida governamental sofreram flutuações significativas no decorrer do ano, com a deterioração do mercado laboral nos EUA e os cortes de taxas diretoras pela Fed (e as compras de ativos anunciadas na última reunião do ano) a contribuírem para quedas das *yields* norte-americanas, de maior proporção nas maturidades mais curtas (-77pb na maturidade a 2 anos) comparativamente ao prazo a 10 anos (-40pb). Já na Europa, apesar dos cortes de

100pb das taxas diretoras do BCE, a perceção de aumento significativo das necessidades de emissão de dívida e as perspetivas económicas mais construtivas no médio-prazo resultaram num acréscimo de 49pb da *yield* alemã no prazo a 10 anos, exclusivamente explicado pela subida da taxa real.

As variações anuais das *yields* dos restantes emissores soberanos europeus foram diferenciadas. O destaque pela negativa foi, uma vez mais, a França – com uma subida de 37 pontos base e respetivo alargamento do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos - fruto do clima de instabilidade política e da reduzida capacidade de inversão da trajetória orçamental. A Itália posicionou-se no lado oposto, com uma subida absoluta de *yield* de 3 pb em 2025, correspondente a um estreitamento de 46 pontos base do *spread* contra a taxa alemã a 10 anos. Portugal, Espanha e Grécia situaram-se entre ambos os extremos, com subidas menos expressivas de *yield* e respetivos

estreitamentos de *spread* face à Alemanha 19pb, 26pb e 26pb, respetivamente.

O crescimento dos lucros empresariais, os níveis diminutos de incumprimentos, os fatores técnicos favoráveis e o ambiente de apetite pelo risco contribuíram para mais um ano de estreitamentos dos *spreads* de crédito, quer no segmento de melhor qualidade creditícia (-23pb) quer na dívida *high yield* (-44pb) europeia, que juntamente com os ganhos possibilitados pela componente de carry originaram valorizações totais de 3,0% e de 5,3%, respetivamente. O índice de dívida subordinada do setor bancário europeu voltou a destacar-se, com uma valorização anual de 8,7%.

Os índices de dívida empresarial dos EUA estiveram igualmente positivos em 2024, com estreitamentos de *spread* de 2pb e 21pb da dívida empresarial *investment grade* e *high yield*, que possibilitaram valorizações anuais de 5,5% e de 8,6%, respetivamente, em moeda local.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos no segmento de rendimento fixo em 2025, com valorizações significativas quer no segmento de dívida governamental quer na dívida empresarial. Estas decorreram quer dos estreitamentos de *spread* quer dos ganhos de *carry* e culminaram em valorizações de 13,7% e de 8,4%, respetivamente.

O segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local somou mesmo a maior valorização no último ano, com ganhos superiores a 18% em 2025, contando com o contributo positivo da apreciação do cabaz de divisas que compõe o índice.

Como descrito, não obstante os desenvolvimentos geopolíticos, os principais ativos de risco somaram valorizações em 2025. A classe acionista esteve em plano de destaque, ao somar apreciações generalizadas e em alguns casos historicamente expressivas.

Nos EUA, os títulos com maior associação à temática de inteligência artificial estiveram novamente em evidência, o que se refletiu nas valorizações expressivas dos setores tecnológico e de serviços de comunicação – que impulsionaram uma vez mais o índice de tecnológicas NASDAQ (+21,1% de retorno absoluto, em moeda local). Ainda assim, o perfil de valorização foi significativamente abrangente em 2025, com apenas o setor imobiliário a entregar perdas em 2025.

O S&P500 valorizou 17,9% em 2025, garantiu o 6º ano de ganhos nos últimos sete, e encerrou o ano próximo de máximos históricos, impulsionado quase em exclusivo pelo maior crescimento dos resultados empresariais, em oposição à expansão apenas marginal dos múltiplos.

Os índices europeus contrariaram o padrão recente e somaram valorizações superiores aos norte-americanos, embora os ganhos neste caso tenham sido maioritariamente decorrentes da incorporação de expectativas

de crescimento futuro (expansão de múltiplos) – o crescimento dos resultados fez-se sentir apenas nas financeiras, nas industriais e nas empresas de *utilities*, que coincidiram com os setores mais bem-sucedidos no ano (valorizações de 41%, 23% e de 29%, respetivamente).

O perfil de rendibilidades numa perspetiva geográfica foi globalmente positivo, embora particularmente favorável à periferia, com as praças espanhola (IBEX), grega (ASE), italiana (FTSE MIB) e portuguesa (PSI20) a valorizarem 53,5%, 48,3%, 38,4% e 34,8% no ano, respetivamente. Os índices francês (CAC 40) e holandês (AEX) estiveram entre os menos proeminentes, com valorizações de 15,9% e de 10,4%.

Nas restantes regiões, a praça acionista que mais se destacou foi a sul coreana, com ganhos anuais de praticamente 79%, impulsionados pelos setores de equipamento de transporte, de maquinaria, e de construção. Entre os demais, nota para as valorizações igualmente expressivas das

praças brasileira (Bovespa +34%), da China (A-shares +28%) e do Japão (Nikkei +28,6%).

Em termos agregados, o índice MSCI World valorizou cerca de 21,1% em 2025.

O comportamento do cabaz de matérias-primas não foi menos notável, embora marcado pela habitual disparidade entre os diferentes segmentos. Nota para os ganhos assinaláveis dos metais preciosos, particularmente a prata (+148%), a platina (+127%) e o ouro (+65%), acompanhados pelo paládio (+78%). Entre os metais industriais, nota de destaque para o cobre (+36,5%) e para o alumínio (+16%). No lado oposto, estiveram as desvalorizações no complexo energético (perdas de 15% do gás natural e de 14,4% do Brent).

A trajetória orçamental nos EUA e das respetivas taxa de juro, aliada às implicações das políticas da administração Trump e aos riscos de perda de credibilidade/independência do banco central contribuíram para a perceção de

remissão do excecionalismo dos EUA e respetiva depreciação de 9,4% do dólar dos EUA contra os seus principais parceiros comerciais em 2025. O euro esteve entre as moedas mais beneficiadas, com uma apreciação de 13,4% contra o dólar, o que correspondeu ao maior ganho anual desde 2003. O dólar depreciou mesmo contra todas as divisas do G10 e contra o cabaz de moedas de economias emergentes (-8,8%).

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

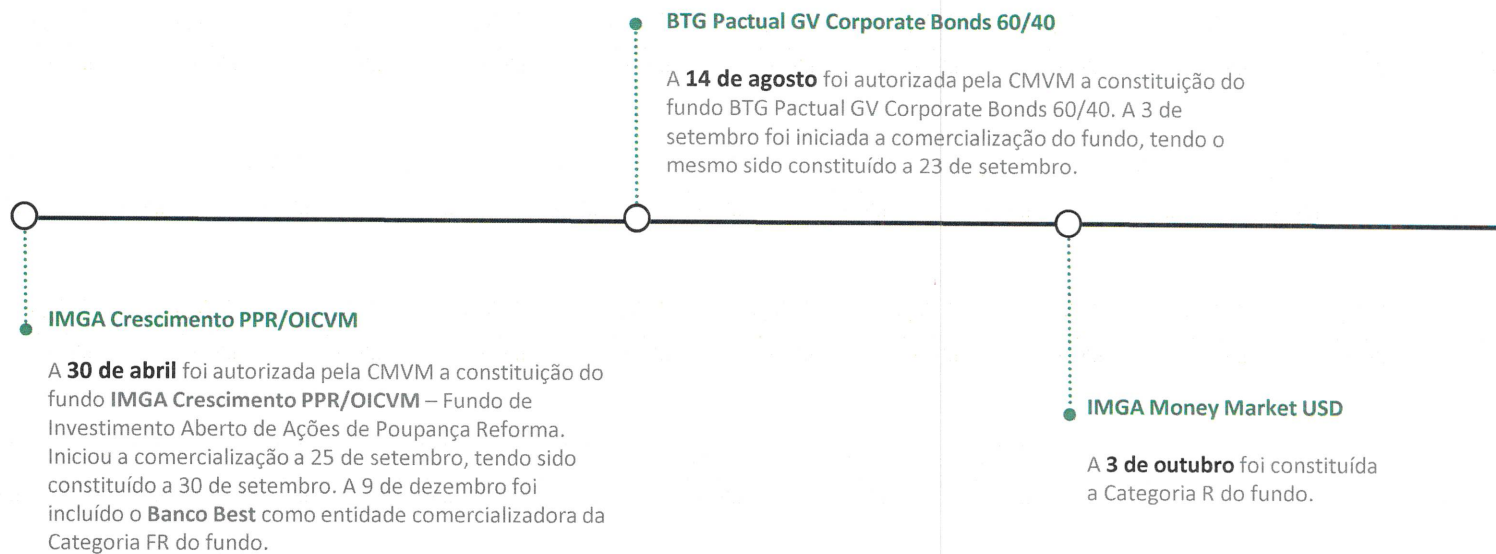
Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

Novos Fundos/Categorias:



● **IMGA GV Portuguese Corporate Debt e IMGA GV Portuguese Equities**

A **9 de outubro** foi autorizada a constituição de dois fundos – o IMGA GV Portuguese Corporate Debt e o IMGA GV Portuguese Equities, tendo os mesmos iniciado a comercialização a 28 de outubro. O fundo IMGA GV Portuguese Equities constituiu-se no dia 23 de dezembro.

● **Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado**

A **14 de outubro** iniciou atividade o fundo Silver Domus – Vida Sénior, Fundo de Capital de Risco Fechado (Categoria R).

Fusões/Liquidações de fundos

● Foi liquidado, a **31 de dezembro de 2025**, o fundo “Bison China Flexible Bond Fund – Fundo de Investimento Mobiliário Alternativo Flexível Aberto.

Novas entidades comercializadoras

● A **11 de abril** foi incluído o Banco Bic Português como entidade comercializadora da Categoria A do fundo IMGA Money Market Eur.

Atualizações/alterações dos documentos constitutivos dos fundos geridos pela sociedade

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **24 de novembro**, no âmbito do processo de integração do Banco BIC Português S.A. no Grupo ABANCA, foram alterados os documentos constitutivos dos fundos comercializados nesse Banco.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

● A **22 de dezembro** foram alterados os documentos constitutivos do fundo IMGA Money Market, na sequência da alteração da comissão de gestão da Categoria I desse fundo.

Publicação dos relatórios e contas dos fundos geridos pela sociedade

A **30 de abril** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

A **29 de agosto** foram publicados, no sítio da CMVM, os Relatórios e Contas semestrais dos fundos IMGA.

Informações relacionadas com a sustentabilidade

A **30 de junho** foi atualizada, com referência ao ano de 2024, a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, disponível no site da IMGA.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

O enquadramento de taxas de juro voltou a ser determinante para o comportamento dos fundos monetários e de curto prazo em 2025.

A Reserva Federal manteve a taxa diretora inalterada durante a maior parte do ano e, já no quarto trimestre, realizou três cortes de 25 pb. Na área do euro, o BCE reduziu as taxas de referência em 100 pb ao longo de 2025, aproximando-as de níveis mais neutros.

Neste contexto, os fundos desta tipologia mantiveram uma volatilidade em níveis muito contidos e rendibilidades anuais positivas, com resultados anualizados a 1 ano entre 2% (IMGA Money Market) e 4,1% (IMGA Money Market USD).

No caso do IMGA Money Market USD, por ser um fundo denominado em dólares, beneficiou de um nível de taxas em USD tipicamente superior ao observado no euro ao longo do período.

Em termos de fluxos, o ano foi marcado por subscrições líquidas muito relevantes neste tipo de fundos, totalizando aproximadamente €1.2M, com destaque para o IMGA Money Market (€989M), seguido do IMGA Liquidez (€87M) e do CA Monetário (€57M), além do IMGA Money Market USD (€30M) e do CA Curto Prazo (€30M).

FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA MONEY MARKET CAT A	1,98%	0,07%	1	2,53%	0,12%	1	1,46%	0,21%	1
IMGA MONEY MARKET CAT R	1,98%	0,07%	1	2,52%	0,12%	1	1,46% (*)	0,21%	1
IMGA MONEY MARKET CAT I	2,45%	0,07%	1	3,01%	0,12%	1	1,75% (*)	0,24%	1
IMGA MONEY MARKET USD - CAT A	4,13%	0,14%	1	4,52%	0,31%	1	2,85%	0,39%	1
CA MONETÁRIO	2,27%	0,06%	1	2,78%	0,11%	1	1,63%	0,22%	1
IMGA LIQUIDEZ CAT A	2,36%	0,52%	2	3,07%	0,65%	2	1,11%	0,87%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT R	2,38%	0,52%	2	3,07%	0,65%	2	1,11% (*)	0,87%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT I	2,78%	0,52%	2	3,49% (*)	0,65%	2	1,37% (*)	0,88%	2
CA CURTO PRAZO	2,52%	0,24%	1	3,30%	0,38%	1	1,46%	0,50%	1

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A
Data de referência: 31 de dezembro de 2025

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia****Relatório de Auditoria**

Informação relativa à Gestão do Fundo

O ano de 2025 deu continuidade aos ganhos da classe de Obrigações, que se mantêm em território positivo desde 2023.

O ano ficou marcado pela manutenção das políticas de *easing* por parte dos diversos bancos centrais, embora levadas a cabo a ritmos diferentes. Nos EUA, a economia iniciou o ano com sinais de resiliência, mas foi progressivamente revelando um abrandamento do crescimento e alguma deterioração do mercado laboral, o que permitiu à Reserva Federal iniciar um ciclo gradual de cortes das taxas de juro na segunda metade do ano. Ainda assim, a atuação da Fed foi condicionada por receios inflacionistas associados à implementação de políticas comerciais protecionistas e pelo aumento das preocupações em torno da sustentabilidade orçamental americana, fatores que contribuíram para episódios recorrentes de volatilidade na curva de *Treasuries*. Durante grande parte do ano, o mercado receou que a escalada de tarifas comerciais pudesse ter um impacto significativo sobre a inflação e o crescimento económico, no entanto, esse impacto revelou-se mais limitado do que inicialmente antecipado, dando espaço a uma queda generalizada das taxas de juro ao longo da curva e ao aumento da sua inclinação.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) prosseguiu o processo de normalização da política monetária iniciado em 2024, com cortes graduais das taxas de juro ao longo do ano. Contudo, o crescimento fraco, a inflação subjacente ainda resiliente e a instabilidade política em alguns Estados-membros colocou, por fim, as taxas de referência em território neutral. Um dos acontecimentos mais relevantes de 2025 foi o anúncio de um vasto pacote de investimento público por parte da Alemanha, associado à flexibilização da regra do *debt brake*, o que se traduziu num aumento significativo das expectativas de emissão de dívida e originou um dos maiores movimentos de subida das *yields* dos *Bunds* das últimas décadas. Este choque fiscal teve impacto estrutural na curva alemã, com pressão sobretudo nos prazos médios e longos, levando também aqui à inclinação da curva.

O conflito entre Israel e a Faixa de Gaza contribuiu para episódios de volatilidade nos preços da energia com impacto momentâneo nas taxas de juro. Paralelamente, a guerra na Ucrânia manteve-se sem uma resolução definitiva, apesar dos esforços de mediação por parte dos EUA.

No segmento da dívida soberana europeia verificou-se uma crescente divergência entre países core e periféricos. Enquanto a dívida alemã foi penalizada pelo novo enquadramento orçamental, a dívida periférica apresentou um comportamento mais resiliente, beneficiando de melhorias relativas nos fundamentos fiscais e de um ambiente de menor fragmentação financeira. Itália destacou-se positivamente ao longo do ano, apoiada por uma execução orçamental mais favorável e por maior estabilidade política. Em contraste, França enfrentou um período prolongado de incerteza política e revisões em baixa do *rating* soberano, o que resultou num alargamento dos *spreads* face à Alemanha e numa inversão histórica face à dívida italiana.

Os *spreads* de crédito *Investment Grade* mantiveram-se globalmente estáveis, refletindo balanços corporativos ainda sólidos, níveis de alavancagem controlados e uma capacidade de geração de *cash* suficiente para absorver um ambiente de taxas de juro ainda restritivas.

O segmento *High Yield* apresentou maior sensibilidade ao enquadramento macroeconómico, mas beneficiou do carry elevado e da ausência de uma deterioração significativa das métricas fundamentais de crédito.

Os instrumentos de dívida subordinada, demonstraram um desempenho robusto ao longo do ano, apoiados por níveis confortáveis de capitalização, melhoria da qualidade dos ativos e um enquadramento regulatório estável, no caso da dívida financeira. O mercado primário manteve-se ativo durante grande parte de 2025, tendo batido recordes em montante de novas emissões.

O ano termina com o tema da independência da Reserva Federal. As tentativas do Presidente Trump de influenciar a orientação da política monetária colocará os investidores

atentos à evolução futura da liderança da Fed, num contexto em que o mandato de Jerome Powell termina em maio de 2026, permanecendo em aberto a sua continuidade como governador.

A normalização da Política Monetária por parte do BCE traduziu-se na queda progressiva das Euribors e consequente taxas de remuneração dos depósitos a prazo, tendo sido este ajustamento mais pronunciado durante o primeiro semestre do ano.

No contexto descrito, a estratégia prosseguida na gestão do CA Monetário foi baseada numa redução da exposição a depósitos a prazo, em contrapartida de um aumento da exposição a obrigações de crédito de curto prazo de taxa fixa já que estas ofereciam taxas de remuneração superiores. Esta realocação fez-se de forma ligeira já que os depósitos a prazo conferem estabilidade ao fundo,

natureza que queremos continuar a respeitar.

Tendo em conta a convicção de que as taxas de curto prazo iriam caminhar para níveis mais baixos ao longo do ano de 2025, e que isso conduziria a uma queda da *yield* da carteira, os instrumentos foram negociados com a maturidade mais longa possível (até um ano).

No ano de 2025, o fundo CA Monetário apresentou uma rentabilidade efetiva de 2,3%. O valor líquido global situou-se em €122,6M, o que representa um aumento de 93,5% face aos €63,4M do final de 2024. As vendas líquidas foram positivas em €57M, com subscrições de €97,6M e resgates de €40,6M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, de seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 31/12/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	314.327	248.353	3
Administradores independentes	43.500	0	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	50.705	0	4
Colaboradores			
Colaboradores	2.460.859	451.169	50

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €11.808 pelos serviços durante o ano de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor

externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €32.595 pelos serviços prestados nesse âmbito. Em 2025 foram pagos €2.945 relativamente a indemnizações por cessação de contrato de trabalho. As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de

Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior. Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados. Em 2025 não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes



A **11 de fevereiro de 2026**, a Plural Markets passou a ser o novo comercializador dos seguintes fundos:

- IMGA Ações Portugal
- IMGA Portuguese Corporate Debt
- IMGA Money Market
- IMGA Liquidez
- IMGA Euro Taxa Variável
- IMGA GV Portuguese Corporate Debt
- IMGA GV Portuguese Equities
- IMGA European Equities
- IMGA Global Equities Selection
- IMGA Poupança PPR/OICVM
- IMGA Investimento PPR/OICVM
- IMGA Crescimento PPR/OICVM

A **12 de fevereiro de 2026** foi constituída a categoria D do fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40.

A **19 de fevereiro de 2026**, foi constituída a Categoria R no fundo IMGA Rendimento Mais.

A **23 de março de 2026**, foi constituída a Categoria I para o fundo IMGA Money Market USD.

À data de conclusão deste relatório, em face das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração continua a acompanhar atentamente o desenrolar da atual situação de conflito no Médio Oriente e as possíveis repercussões que poderá vir a ter na economia a nível mundial e nacional, que, nesta data, continuam a não ser possíveis de antecipar com fiabilidade.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Monetários e Curto Prazo

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Relatório de Auditoria

Notas Informativas

CA Monetário - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Mercado Monetário

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Mercado Monetário

Data de Constituição:

6 de outubro de 2008

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL

Valor da Carteira:

(31 de dezembro de 2025)

122 626 459 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Rendibilidade	0,09%	0,01%	0,02%	0,02%	-0,03%	-0,09%	-0,07%	2,52%	3,58%	2,27%
Risco (nível)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo é do tipo de Fundo de Mercado Monetário Normal de Valor Líquido Variável e tem uma política de investimento que visa garantir uma adequada conjugação das variáveis rentabilidade, liquidez e risco.

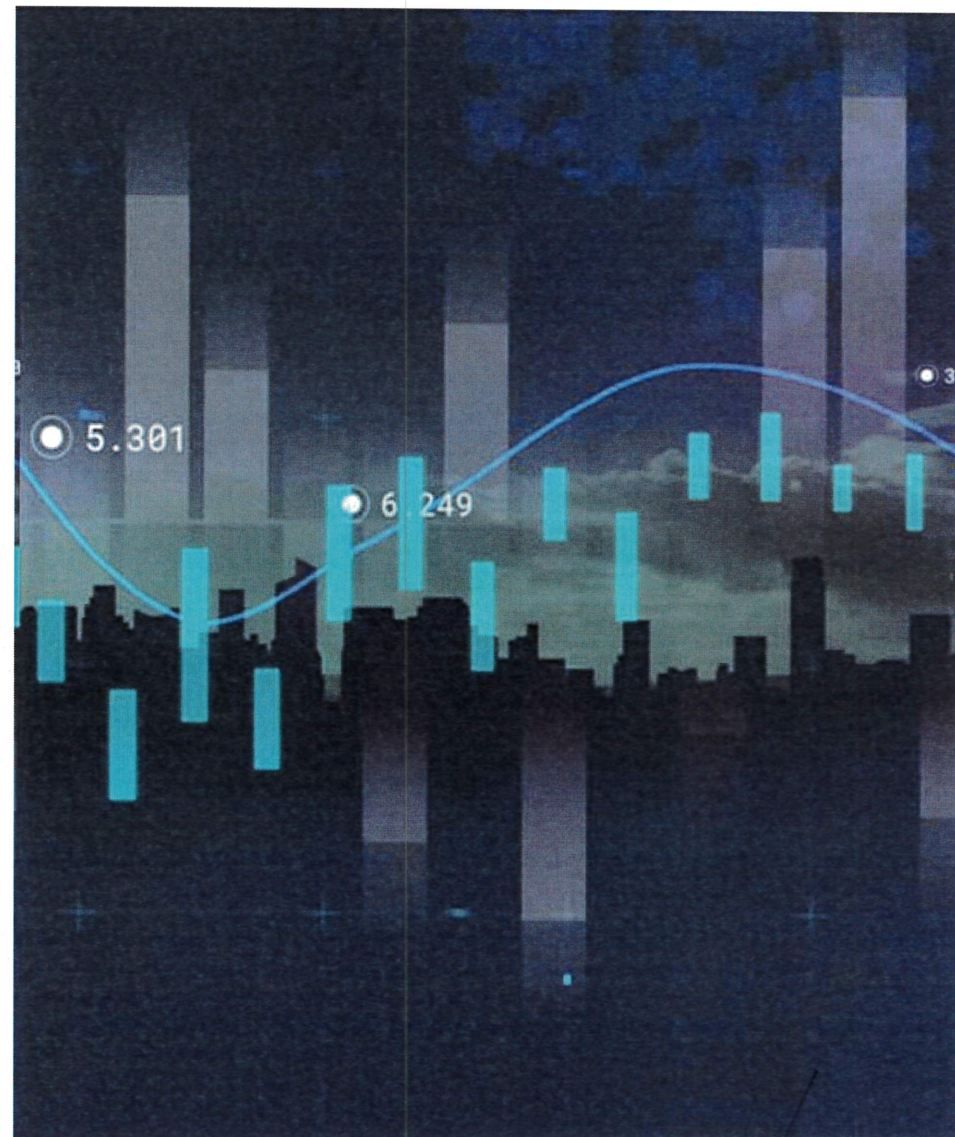
O fundo investe em Instrumentos do Mercado Monetário e Depósitos Bancários, todos denominados em euros, bem como em Unidades de participação denominadas em Euros de OICVM do mercado monetário, que invistam exclusivamente em ativos denominados em Euros ou que procedam sistematicamente à cobertura do risco cambial.

Podem ser utilizados Instrumentos Financeiros Derivados desde que tenham como única finalidade a cobertura de risco de taxa de juro e o risco cambial, e que tenham como instrumento subjacente taxas de juro, taxas de câmbio, divisas ou índices que representem essas categorias.

O fundo não procura exposição preferencial a um setor de atividade.

A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

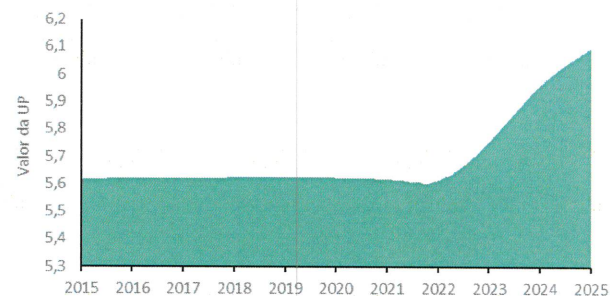
Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de emitentes, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



EVOLUÇÃO DO FUNDO

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2025
Nº. UP's em circulação	16 760 813,5036	11 306 964,8117	10 368 078,7219	10 634 202,4665	20 117 875,6673
Valor Unitário UP (Euro)	5,6170	5,6128	5,7541	5,9603	6,0954

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

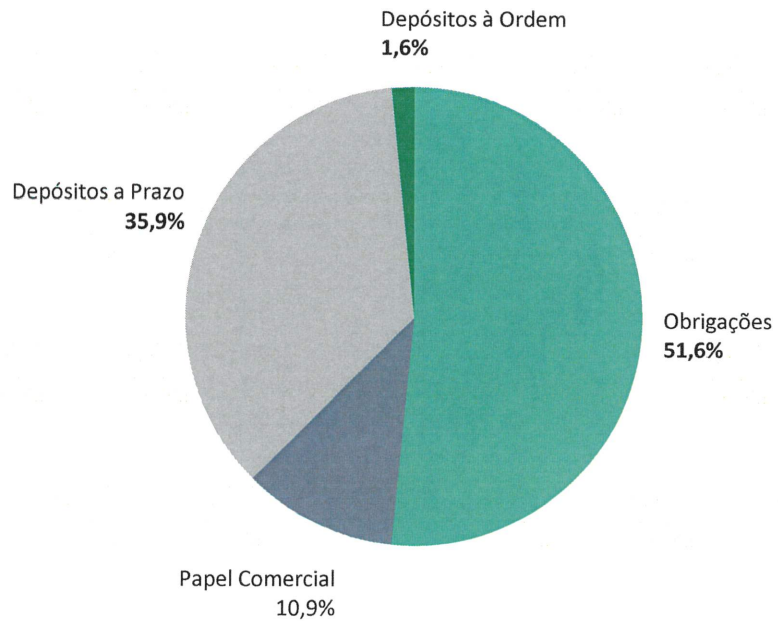
31.12.2025

Valores mobiliários	75 214 350
Saldos bancários	46 564 291
Outros ativos	1 025 410
Total dos ativos	122 804 051
Passivos	177 592
Valor Líquido de Inventário	122 626 459

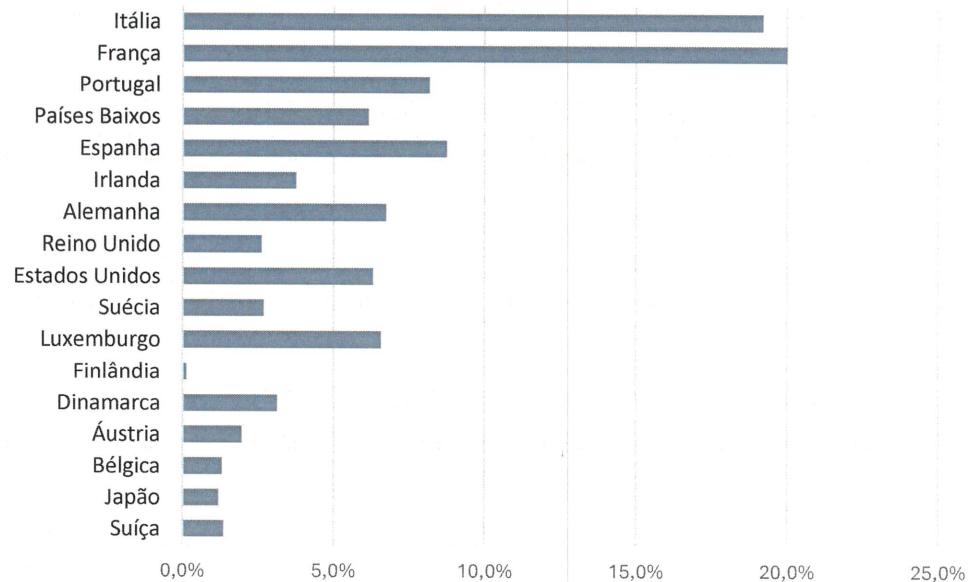


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



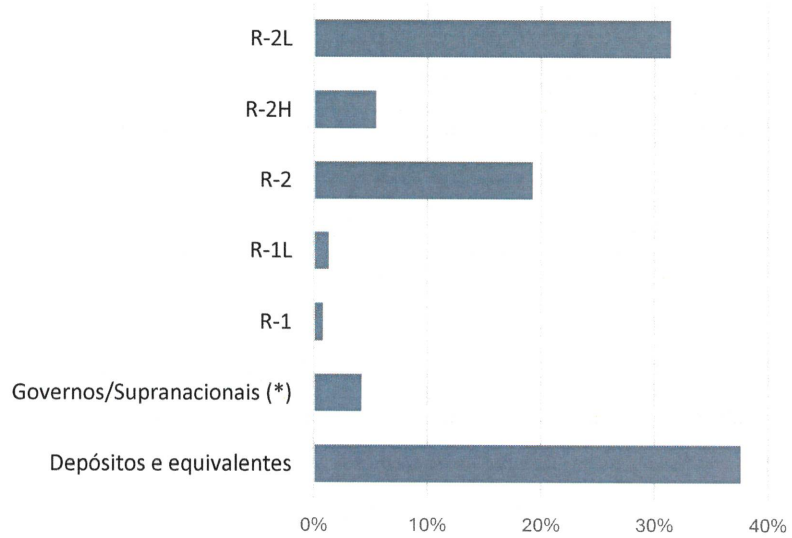
País



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

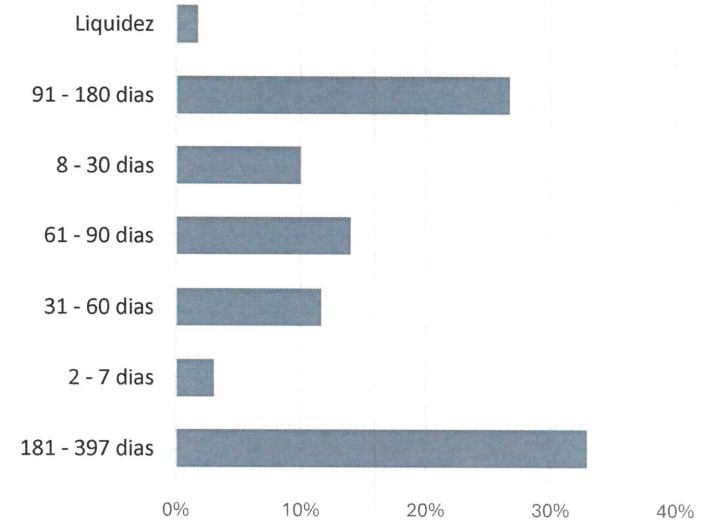
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Rating



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Estrutura por maturidade



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	2 490 770	7 530	-	2 498 300	47 945	2 546 245	3%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	51 761 465	195 351	62 708	51 894 108	479 275	52 373 383	70%
<i>O.M. Regulamentados Estados UEs</i>	2 039 234	5 311	1 998	2 042 546	17 453	2 059 999	3%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	5 264 218	19 881	3 653	5 280 446	10 319	5 290 765	7%
2. OUTROS VALORES	13 500 000	-	-	13 500 000	(139 069)	13 360 931	17%
TOTAL	75 055 687	228 072	68 359	75 215 400	415 923	75 631 323	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	1 938 419
Outros investimentos	1 973
Mais-valias de investimento	677 740
Custos	
Custos de gestão	(207 152)
Custos de depósito	(25 894)
Outros encargos, taxas e impostos	(41 105)
Menos-valias de investimentos	(89 448)
Lucro líquido	2 254 533
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	97 628 348
Resgates	(40 639 178)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	59 658 915	5,7541
31.12.2024	63 382 755	5,9603
31.12.2025	122 626 459	6,0954

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Não foram realizadas operações de compra e venda de instrumentos financeiros derivados no decorrer do exercício de 2025.





i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

ATIVO						
Código	Designação	31.12.2025			31.12.2024	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
Outros Ativos						
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
Carteira de Títulos						
21	Obrigações	56 415 695	218 686	(68 359)	56 566 022	24 609 551
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação					
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida	18 639 992	9 386		18 649 378	7 581 532
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>75 055 687</u>	<u>228 072</u>	<u>(68 359)</u>	<u>75 215 400</u>	<u>32 191 083</u>
Outros Ativos						
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
Terceiros						
411+...+418	Contas de Devedores					
	<i>Total dos Valores a Receber</i>					
Disponibilidades						
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	1 968 291			1 968 291	450 576
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	43 596 000			43 596 000	30 326 350
14	Certificados de Depósito	1 000 000		(1 050)	998 950	
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>46 564 291</u>		<u>(1 050)</u>	<u>46 563 241</u>	<u>30 776 926</u>
Acréscimos e diferimentos						
51	Acréscimos de Provetos	1 025 306			1 025 306	689 146
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	104			104	104
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>1 025 410</u>			<u>1 025 410</u>	<u>689 250</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>122 645 388</u>	<u>228 072</u>	<u>(69 409)</u>	<u>122 804 051</u>	<u>63 657 258</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>20 117 876</u>	<u>10 634 202</u>

PASSIVO			
Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Capital do OIC			
61	Unidades de Participação	100 589 379	53 171 013
62	Variações Patrimoniais	12 807 326	3 236 521
64	Resultados Transitados	6 975 221	4 707 281
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	2 254 533	2 267 940
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>122 626 459</u>	<u>63 382 755</u>
Provisões Acumuladas			
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
Terceiros			
421	Resgates a Pagar a Participantes		
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	24 479	19 902
424+...+429	Outras contas de Credores	3 118	200 912
43+12	Empréstimos Obtidos	0	
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>27 597</u>	<u>220 814</u>
Acréscimos e diferimentos			
55	Acréscimos de Custos	3 331	2 768
56	Receitas com Provento Diferido	146 664	50 921
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>149 995</u>	<u>53 689</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>122 804 051</u>	<u>63 657 258</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação	<u>6,0954</u>	<u>5,9603</u>

(Valores em EUR)

Data: 31.12.2025

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos		Código	Designação	Períodos	
		31.12.2025	31.12.2024			31.12.2025	31.12.2024
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes			812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	963 457	734 289
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes	974 962	1 010 397
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	7 461	5 925		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	241 830	150 478	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
729	De Operações Extrapatrimoniais			829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	88 398	13 720	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	676 101	710 545
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	1 050	0	839	Em Operações Extrapatrimoniais	1 639	35
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				Provisões para Encargos		
7411+7421	Patrimoniais			851			
7412+7422	Impostos Indirectos	19 211	12 377	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
7418+7428	Outros impostos						
	Provisões do Exercício				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>2 616 159</u>	<u>2 455 266</u>
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	5 650	5 535				
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>363 599</u>	<u>188 036</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias			882	Ganhos Extraordinários		541
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	1 302	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais			888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	671	169
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>1 973</u>	<u>710</u>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>2 254 533</u>	<u>2 267 940</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	<u>2 618 132</u>	<u>2 455 976</u>		TOTAL	<u>2 618 132</u>	<u>2 455 976</u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	1 543 699	1 425 189	F - E	Resultados Eventuais	1 973	710
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	589	35	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	2 254 533	2 267 940
B-A	Resultados Correntes	2 252 560	2 267 231	B+D+F-A-C-			
				E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	2 254 533	2 267 940



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	31-dez-25		31-dez-24		
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC					
RECEBIMENTOS:		97 628 348	97 628 348	28 007 179	28 007 179
Subscrição de unidades de participação	97 628 348			28 007 179	
PAGAMENTOS:		40 639 178	40 639 178	26 677 852	26 677 852
Resgates de unidades de participação	40 639 178			26 677 852	
			56 989 170		1 329 327
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC					
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos					
RECEBIMENTOS:		23 680 904	122 317 710	19 100 211	112 880 745
Venda de títulos e outros ativos	23 680 904			19 100 211	
Reembolso de títulos e outros ativos	97 911 000			93 370 000	
Juros e proveitos similares recebidos	725 806			410 534	
PAGAMENTOS:		165 257 340	165 265 083	112 068 724	112 075 023
Compra de títulos e outros ativos	165 257 340			112 068 724	
Outras taxas e comissões	2 419			991	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	5 324			5 307	
			(42 947 373)		805 722
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos					
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS					
PAGAMENTOS:		5 587	5 587	5 535	5 535
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	5 587			5 535	
			(5 587)		(5 535)
Fluxo das operações a prazo e de divisas					
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE					
RECEBIMENTOS:		1 004 115	1 004 115	778 193	778 193
Juros de depósitos bancários	1 004 115			778 193	
PAGAMENTOS:		212 103	254 933	124 779	152 888
Comissão de gestão	212 103			124 779	
Comissão de depósito	25 652			16 459	
Taxa de supervisão	8 000			5 476	
Impostos e taxas	9 177			6 174	
			749 182		625 306
Fluxo das operações de gestão corrente					
OPERAÇÕES EVENTUAIS					
RECEBIMENTOS:		1 973	1 973	710	710
Ganhos extraordinários	1 973			710	
			1 973		710
Fluxo das operações eventuais					
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		14 787 365		2 755 529	
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		30 776 926		28 021 397	
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		45 564 291		30 776 926	



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do CA Monetário – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 26 de setembro de 2008, tendo iniciado a sua atividade em 6 de outubro de 2008.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de 5 euros (cinco euros), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição. O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo por base o valor do património líquido do OIC, do dia seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	31-12-2025
Valor base	53 171 013	80 971 928	(33 553 562)				100 589 379
Diferença p/Valor Base	3 236 521	16 656 421	(7 085 616)				12 807 326
Resultados distribuídos	-			-			-
Resultados acumulados	4 707 281				2 267 940		6 975 221
Resultados do período	2 267 940				(2 267 940)	2 254 533	2 254 533
SOMA	63 382 755	97 628 348	(40 639 178)	-	-	2 254 533	122 626 459
Nº de Unidades participação	10 634 202	16 194 386	(6 710 712)				20 117 876
Valor Unidade participação	5.9603	6.0286	6.0559				6.0954

Em 31 de dezembro de 2025 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	31-12-25	6.0954	122 626 459	20 117 876
	30-09-25	6.0656	128 645 367	21 209 218
	30-06-25	6.0354	104 736 440	17 353 850
	31-03-25	6.0006	88 567 765	14 760 043
Ano 2024	31-12-24	5.9603	63 382 755	10 634 202
	30-09-24	5.9112	69 813 626	11 810 569
	30-06-24	5.8573	66 316 572	11 322 076
	31-03-24	5.8059	61 997 956	10 678 575
Ano 2023	31-12-23	5.7541	59 658 915	10 368 079
	30-09-23	5.7071	48 964 723	8 579 702
	30-06-23	5.6652	51 127 136	9 024 820
	31-03-23	5.6318	54 547 032	9 685 542

Em 31 de dezembro de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	1
0.5% ≤ UPs < 2%	8
UPs < 0.5%	4 106
TOTAL	4 115

2. TRANSAÇÕES DE VALORES MOBILIÁRIOS NO PERÍODO

O volume de transações do exercício de 2025, por tipo de valor mobiliário, aferido pelo preço de realização dos respetivos negócios é o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	Compra (1)		Vendas (2)		Total (1) + (2)	
	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado	Mercado	Fora Mercado
Obrigações	135 474 620	-	23 578 645	-	159 053 265	-
Papel Comercial	-	29 450 000	-	-	-	29 450 000

Os montantes de subscrições e resgates, bem como os respetivos valores cobrados a título de comissões de subscrição e resgate decompõem-se como se segue:

(Valores em Euro)

Descritivo	Valor (Nota 1)	Comissões
Subscrições	97 628 348	-
Resgates	40 639 178	-

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesa</i>						
-Obrigações diversas						
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	2 490 770	7 530	-	2 498 300	47 945	2 546 245
	2 490 770	7 530	-	2 498 300	47 945	2 546 245
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
Buoni Ordinary Del Tes 0% 13/03/26	994 368	1 823	-	996 190	-	996 190
Buoni Ordinary Del Tes 0% 13/11/26	980 219	1 991	-	982 210	-	982 210
French Discount T-BILL 0% 04/11/26	1 176 620	2 248	-	1 178 868	-	1 178 868
French Discount T-BILL 0% 18/02/26	995 571	1 749	-	997 320	-	997 320
	4 146 777	7 811	-	4 154 588	-	4 154 588
-Obrigações diversas						
A2A Spa 2.5% 15/06/26	2 002 947	-	(4 187)	1 998 760	27 260	2 026 020
AP Moller-Maersk A/S 1.75% 16/03/26	299 238	99	-	299 337	4 171	303 508
ASML Holding NV 1.375% 07/07/26	1 986 594	2 246	-	1 988 840	13 336	2 002 176
Autoroutes Du Sud De LA 1% 13/05/26	990 365	4 545	-	994 910	6 356	1 001 266
Autostrade Per L'Italia 1.75% 26/06/26	2 191 544	2 032	-	2 193 576	19 830	2 213 406
BANCO BPM SPA 0.875% 15/07/26	989 036	3 174	-	992 210	4 051	996 261
BNP Paribas 1.125% 11/06/26	694 820	1 477	-	696 297	4 380	700 677
BP Capital Markets PLC 2.872% 27/02/26	502 068	-	(1 743)	500 325	12 499	512 824
BPCE SA 0.375% 02/02/26	293 541	5 949	-	299 490	1 023	300 513
Banco Bilbao Vizcaya Arg 1% 21/06/26	197 940	808	-	198 748	1 058	199 806
Banco Santander SA 3.75% 16/01/26	909 341	-	(9 071)	900 270	32 271	932 541
CA AutoBank SPA 4.375% 08/06/26	1 015 450	-	(9 110)	1 006 340	24 692	1 031 032
CA AutoBank SPA IE Float 26/01/26	1 355 603	-	(5 157)	1 350 446	6 983	1 357 429
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	2 483 397	5 753	-	2 489 150	18 365	2 507 515
CommerzBank AG 1.125% 22/06/26	1 386 860	4 852	-	1 391 712	8 285	1 399 997
Cooperatieve Rabobank 0.25% 30/10/26	196 522	116	-	196 638	85	196 723
DH Europe Finance 0.2% 18/03/26	1 728 141	13 652	-	1 741 793	2 762	1 744 554
Deutsche Bank AG 2.625% 12/02/26	1 202 299	-	(2 131)	1 200 168	27 789	1 227 957
EDP SA 2.875% 01/06/26	1 507 001	-	(5 411)	1 501 590	25 166	1 526 756
ENI SPA 1.25 18/05/26	2 480 414	7 161	-	2 487 575	19 435	2 507 010
Electricite de France SA 1% 13/10/26	395 972	-	-	395 972	866	396 838
Enel Finance Intl NV 0% 28/05/26	1 181 590	8 114	-	1 189 704	1 784	1 191 488
Erste Group Bank AG 0.875% 22/05/26	1 483 350	8 715	-	1 492 065	8 019	1 500 084
Heineken NV 1% 04/05/26	296 520	2 046	-	298 566	1 981	300 547
Leonardo SPA 2.375% 08/01/26	2 151 739	-	(1 409)	2 150 330	50 013	2 200 343
MedioBanca Di Cred Fin 0.875% 15/01/26	496 140	3 565	-	499 705	4 195	503 900
Mercedes-Benz Int. Fince 1.5% 09/03/26	398 036	1 268	-	399 304	4 882	404 186
Mitsubishi HC CAP UK Float 30/04/26	500 955	-	(585)	500 370	2 389	502 759
Nykredit Realkredit AS 0.25% 13/01/26	1 563 400	35 368	-	1 598 768	3 858	1 602 626
OP Corporate Bank PLC 0.25% 24/03/26	98 210	1 324	-	99 534	193	99 727
Orange SA 0% 29/06/26	686 608	5 482	-	692 090	-	692 090
RWE AG 2.125% 24/05/26	2 496 825	-	(500)	2 496 325	32 166	2 528 491
Safran SA 0.125% 16/03/26	1 968 967	22 573	-	1 991 540	1 986	1 993 526
Societe Generale 4.25% 28/09/26	1 223 276	-	(7 112)	1 216 164	13 134	1 229 298
Sumitomo Mitsui Finl GRP 1.546% 15/06/26	894 594	2 220	-	896 814	7 586	904 400
Terna Rete Elettrica 1% 10/04/26	2 277 450	13 097	-	2 290 547	16 699	2 307 246
Thales SA 0% 26/03/26	2 451 945	31 905	-	2 483 850	-	2 483 850
Thermo Fisher Scientific 3.2% 21/01/26	1 003 885	-	(3 875)	1 000 010	30 159	1 030 169
Toyota Motor Finance BV 3.375% 13/01/26	603 045	-	(3 057)	599 988	19 529	619 517
UBS AG London 5.50% 20/08/26	1 029 060	-	(9 360)	1 019 700	20 041	1 039 741
	47 614 688	187 540	(62 708)	47 739 520	479 275	48 218 795
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Volvo Treasury AB 0% 18/05/26	1 035 408	5 311	-	1 040 718	-	1 040 718
Volvo Treasury AB 2.625% 20/02/26	600 666	-	(678)	599 988	13 549	613 537
Volvo Treasury AB 3.125% 08/09/26	403 160	-	(1 320)	401 840	3 904	405 744
	2 039 234	5 311	(1 998)	2 042 546	17 453	2 059 999
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
BGTB 0% 09/04/26	993 214	1 576	-	994 790	-	994 790
	993 214	1 576	-	994 790	-	994 790
-Obrigações diversas						
Becton Dickinson Euro 1.208% 04/06/26	495 235	1 950	-	497 185	3 475	500 660
Becton Dickinson Euro 1.9% 15/12/26	1 393 587	-	(2 743)	1 390 844	1 166	1 392 010
General Mills Inc 0.45% 15/01/26	882 592	16 355	-	898 947	3 884	902 831
Zimmer Biomet Holdings 2.425% 13/12/26	1 499 590	-	(910)	1 498 680	1 794	1 500 474
	4 271 004	18 305	(3 653)	4 285 656	10 319	4 295 975

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
2. OUTROS VALORES						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
ARCELORMITTAL PC 2.22% 15/10/25 - 15/04/26	600 000	-	-	600 000	(3 842)	596 158
Banco Santander SA PC 2.285% 19/12/25 - 18/12/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(21 838)	978 162
Banque Fed Cred Mutuel PC 2.12% 30/07/25 - 27/07/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(11 993)	988 007
Banque Fed Cred Mutuel PC 2.17% 02/10/25 - 01/10/26	1 400 000	-	-	1 400 000	7 595	1 407 595
Barclays Bank Ireland Plc PC 2.24% 19/12/25 - 18/12/26	500 000	-	-	500 000	(10 709)	489 291
CUF SGPS SA PC 2.55% 11/07/25 - 23/01/26	200 000	-	-	200 000	(317)	199 683
Danske Bank A/S PC 2.19% 28/10/25 - 27/10/26	500 000	-	-	500 000	(8 927)	491 073
Greenvolt - Energias Renováveis, SA 26EM PC 4.15% 01/08/25 - 03/02/26	600 000	-	-	600 000	(2 302)	597 698
Greenvolt - Energias Renováveis, SA 5EM PC 4.00% 16/07/25 - 16/01/26	500 000	-	-	500 000	(871)	499 129
Greenvolt - Energias Renováveis, SA PC 4.10% 18/09/25 - 20/03/26	500 000	-	-	500 000	(4 348)	495 652
Intesa Sanpaolo Bank Lux PC 2.165% 28/08/25 - 31/08/26	1 200 000	-	-	1 200 000	(17 161)	1 182 839
Macquarie Bank Limited PC 2.19% 05/11/25 - 04/11/26	500 000	-	-	500 000	(9 165)	490 835
Mitsubishi HC.CAP UK 2.25% PC 03/11/25 - 02/11/26	500 000	-	-	500 000	(9 350)	490 650
REN Redes Energia Nacionais PC 2.17% 02/12/25 - 02/02/26	400 000	-	-	400 000	(793)	399 207
Servicios Medio Ambiente PC 2.29% 22/09/25 - 23/03/26	1 500 000	-	-	1 500 000	(7 735)	1 492 265
Servicios Medio Ambiente PC 2.4% 24/11/25 - 25/05/26	600 000	-	-	600 000	(5 730)	594 270
Thales SA PC 2.12% 19/09/25 - 18/09/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(15 047)	984 953
Veolia Environnement PC 2.165% 08/10/25 - 08/10/26	1 000 000	-	-	1 000 000	(16 536)	983 464
	13 500 000	-	-	13 500 000	(139 069)	13 360 931
TOTAL	75 055 687	228 072	(68 359)	75 215 400	415 923	75 631 323

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o exercício findo em 2025, foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2024	Aumentos	Reduções	31-12-2025
Depósitos à ordem	450 576	207 682 496	206 164 781	1 968 291
Depósitos a prazo e com pré-aviso	30 326 350	13 269 650	-	43 596 000
Certificados de depósito	-	1 000 000	1 050	998 950
TOTAL	30 776 926	221 952 146	206 165 831	46 563 241

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Não havendo cotação do dia em que esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

De acordo com as regras de avaliação de ativos prevista pelo Regulamento (UE) 2017/1131, não prevê a avaliação dos ativos diariamente e veda o uso do modelo do custo amortizado a fundos de valor líquido variável.

Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação n.º 12/2015, de 11 de março), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0025%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



5. COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO

Os componentes do resultado do Fundo (Proveitos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Ganhos de Capital			Ganhos de Juros		Rendimento de títulos	Soma
	Mais valias potenciais	Mais valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos		
OPERAÇÕES "À VISTA"							
Obrigações	227 686	431 789	659 475	193 049	554 992	-	748 041
Instrumentos de dívida	386	16 239	16 626	207 821	7 595	-	215 416
Depósitos	-	-	-	512 243	462 719	-	974 962
OPERAÇÕES A PRAZO							
Cambiais							
Spots	-	1 639	1 639	-	-	-	-
TOTAL	228 072	449 668	677 740	913 113	1 025 306	-	1 938 419

Os componentes do resultado do Fundo (Custos) são os seguintes:

(Valores em Euro)

Natureza	Perdas de Capital			Juros e Comissões Suportados		
	Menos valias potenciais	Menos valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros decorridos	Soma
OPERAÇÕES "À VISTA"						
Obrigações	68 359	20 039	88 398	-	-	-
OPERAÇÕES A PRAZO						
Cambiais						
Spots	-	1 050	1 050	-	-	-
COMISSÕES						
de Gestão	-	-	-	207 152	-	207 152
de Depósito	-	-	-	25 894	-	25 894
de Supervisão	-	-	-	8 502	-	8 502
de Carteira de títulos	-	-	-	7 461	-	7 461
Outras	-	-	-	282	-	282
TOTAL	68 359	21 089	89 448	249 291	-	249 291

9. DISCRIMINAÇÃO DOS IMPOSTOS SOBRE MAIS-VALIAS E RETENÇÕES NA FONTE

À data de 31 de dezembro de 2025 os impostos sobre mais-valias e retenções na fonte têm a seguinte decomposição:

(Valores em Euro)

Descritivo	31-12-2025	31-12-2024
Impostos indiretos:		
Imposto do Selo	19 211	12 377
TOTAL	19 211	12 377

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	60 410 205	-	-	-	-	60 410 205
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	-	-	-	-	-	-
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	-	-	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	214 619	0.21%
Comissão de Depósito	26 930	0.03%
Taxa de Supervisão	8 502	0.01%
Custos de Auditoria	5 649	0.01%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	10 574	0.01%
Outros Custos Correntes	5 324	0.01%
TOTAL	271 597	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0.26%

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i | m | g | a |

Divulgação Periódica ao Abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025



Divulgação periódica ao abrigo dos Regulamentos SFDR e Taxonomia

Nome do Produto: **CA Monetário**Identificador de entidade jurídica (Código LEI): **213800V6HJE8OG7SXR25**Código do fundo (CMVM): **1131**

Por “Investimento Sustentável” deve entender-se um investimento numa atividade económica que contribui para um objetivo ambiental ou social, desde que esse investimento não prejudique significativamente nenhum objetivo ambiental ou social e as empresas beneficiárias do investimento respeitem práticas de boa governação.

A **taxonomia da UE** é um Sistema de classificação previsto no Regulamento (UE) 2020/852, que **estabelece uma lista de atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental**. O referido regulamento não inclui uma lista de atividades económicas socialmente sustentáveis. Os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental podem estar harmonizados ou não com a taxonomia.



Características ambientais e/ou sociais

Este produto financeiro tem um objetivo de investimento sustentável?

 Sim
 Não

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo ambiental**: ___%

em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

Realizou **investimentos sustentáveis com objetivo social**: ___%

Promoveu características ambientais/sociais (A/S) e, apesar de não ter como objetivo a realização de um investimento sustentável, consagrou uma percentagem mínima de 1% a investimentos sustentáveis

com um objetivo ambiental em atividades económicas qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

x em atividades económicas que não são qualificadas como sustentáveis do ponto de vista ambiental ao abrigo da taxonomia da UE

x com um objetivo social

Promoveu características (A/S), mas **não realizou quaisquer investimentos sustentáveis**

Em que medida foram alcançadas as características ambientais e/ou sociais promovidas por este produto financeiro?

A IMGA, na gestão do Fundo, tem em conta critérios financeiros e de sustentabilidade de forma a integrar critérios ambientais, sociais e de boa governação nos seus investimentos. Para este efeito recorre a análises, classificações de rating ESG e dados de fornecedores externos independentes.

Salientamos que, apesar da divulgação de indicadores de sustentabilidade por parte das empresas ter vindo a melhorar nos últimos anos, esta informação ainda é limitada para diversos indicadores, tanto ao nível da sustentabilidade ambiental como social.

À data de preparação deste relatório, das 66 entidades em carteira, 4 não dispunham de dados para nenhum dos indicadores de sustentabilidade ambiental e/ou social analisados, correspondendo a cerca de 10% da carteira de ativos a 31 de dezembro de 2025.

A notação de rating ESG médio para a composição deste Fundo no final de 2025 corresponde a um nível de **Risco Baixo**, com uma cobertura de dados de cerca de 90% da carteira de ativos do fundo,

sendo que 51% apresentavam risco baixo ou negligenciável, 30% apresentavam risco médio e 7% apresentavam risco alto e 2% risco severo.

No âmbito da sustentabilidade ambiental este produto pretende promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, através da análise dos seus investimentos ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição, eficiência na utilização das matérias-primas, nomeadamente dos recursos hídricos e recursos escassos, proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas, e através da forma como cada emitente gere o seu impacto no ecossistema e vida selvagem. Os indicadores observados relativos aos riscos associados à sustentabilidade ambiental representaram cerca de 24% do risco do fundo, com maior impacto ao nível da gestão, prevenção e controlo da poluição pela exposição a produtores de Oil & Gas.

No âmbito da sustentabilidade social são tidos em conta fatores como o respeito pelos direitos humanos, com foco nas medidas tomadas para proteger os direitos civis e políticos, bem como os direitos económicos, sociais e culturais, incluindo trabalho infantil e forçado, e a gestão do capital humano e relações laborais, que inclui a gestão dos riscos relacionados com a escassez de mão de obra qualificada por meio de programas de retenção e recrutamento e programas de formação. Inclui ainda questões como a gestão da liberdade sindical e não discriminação, bem como jornada de trabalho e salário mínimo. São ainda consideradas questões relacionadas com a saúde e segurança no trabalho, nomeadamente a forma como os emitentes gerem os riscos de acidentes de trabalho, ética empresarial, como o cumprimento de práticas anticompetitivas, proteção da propriedade intelectual, práticas contabilísticas e fiscais. Inclui também a gestão dos riscos relacionados com corrupção. Os indicadores de sustentabilidade social foram os que maior peso representaram na composição da notação de risco, sendo responsáveis por cerca de 33% desta notação, com impactos mais significativos, embora reduzidos, principalmente ao nível da privacidade e segurança de dados, e ética empresarial ao nível do setor bancário e saúde e segurança no trabalho em diferentes setores.

Também a contribuir para o risco ESG da carteira estiveram os riscos relacionados com a componente de *governance*, nomeadamente com questões particulares de alguns emitentes em carteira relacionadas com a governança do produto.

Não foram detetadas situações de *non-compliance* com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, em carteira 3 entidades, correspondentes a 2,2% dos ativos do fundo, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Qual foi o desempenho dos indicadores de sustentabilidade?

No quadro abaixo são apresentados os indicadores analisados com indicação da percentagem de cobertura dos dados e contribuição de cada indicador para a notação de rating ESG atribuída, bem como a percentagem de cobertura dos dados para ativos considerados alinhados com características ambientais ou sociais (A/S) ou sustentáveis e a respetiva contribuição para a notação de rating ESG do Fundo com referência à carteira de ativos no final do ano 2025.

Os indicadores de sustentabilidade medem a forma como são realizadas as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.



Notação de Rating ESG: <i>Risco Baixo</i>		Total			Promoção Características A/S			Sustentáveis		
Indicadores de Sustentabilidade		% Ativos Analisados	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados - Alinhados A/S	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição	% Ativos Alinhados - Sustentáveis	Contribuição para o Rating ESG	Total Contribuição
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição	37,8%	11,5%	16,0%	34,7%	10,3%	16,5%	20,9%	7,3%	9,9%
	Uso de Água	21,6%	2,7%		19,1%	3,6%		14,1%	1,8%	
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas	8,4%	0,8%		7,8%	1,1%		3,7%	0,3%	
	Proteção e Restauro da Biodiversidade e dos Ecossistemas	20,1%	1,1%		19,6%	1,5%		15,6%	0,5%	
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos	12,2%	0,7%	36,9%	9,6%	0,8%	42,5%	4,4%	0,2%	21,9%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais	89,7%	7,2%		76,8%	7,3%		60,8%	3,6%	
	Saúde e Segurança no Trabalho	38,6%	4,1%		35,1%	5,5%		24,0%	2,8%	
	Ética Empresarial	92,8%	10,1%		79,9%	10,3%		63,9%	5,3%	
	Corrupção	-	-		-	-		-	-	
	Relação com a comunidade	23,2%	2,1%		22,7%	2,9%		18,7%	1,5%	
	Privacidade e Segurança de Dados	76,8%	12,2%		67,5%	14,8%		57,4%	8,4%	
Corporate Governance	Acesso e Serviços Básicos	3,3%	0,6%	3,3%	0,8%	0,5%	0,1%			
Corporate Governance	Corporate Governance	94,8%	23,3%	23,3%	81,9%	27,2%	27,2%	63,9%	14,2%	14,2%
Outros	Outros	51,2%	23,7%	23,7%	42,4%	9,3%	9,3%	38,3%	5,3%	5,3%
TOTAL		100,00%	100,0%	100,0%	-	95,5%	95,5%	-	51,4%	51,4%
<i>% Ativos do Fundo</i>			<i>85,9%</i>			<i>72,3%</i>			<i>33,0%</i>	

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Notação de Rating ESG: <i>Risco Baixo</i>						
Rating ESG	Sustentabilidade Ambiental	Sustentabilidade Social	Governança	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
Risco Negligenciável	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%	0,0%	0,0%
Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,8%	2,6%	2,6%
	Risco Baixo	Risco Baixo	Risco Baixo	1,8%		
	Risco Baixo	Risco Médio	Risco Negligenciável	0,0%		
	Risco Médio	Risco Baixo	Risco Negligenciável	0,0%		
	Risco Médio	Risco Médio	Risco Negligenciável	0,0%		
Risco Médio	Risco Médio	Risco Alto	Risco Baixo	1,6%	0,0%	0,0%
<i>% Ativos do Fundo</i>				<i>4,3%</i>	<i>2,6%</i>	<i>2,6%</i>

A notação de rating ESG de “**Risco Baixo**” reflete o risco ESG da carteira de ativos emitidos por entidades privadas, que correspondem a 86% da carteira de ativos do fundo. Esta notação resultou em 95,5% de ativos considerados alinhados com características A/S, sendo que estes representavam cerca de 72,3% da carteira de ativos. Destes cerca de 33% cumprem os critérios para serem considerados sustentáveis e representam 52,4% da notação de “**Risco Baixo**” atribuída.

Existia ainda uma exposição de cerca de 4% da carteira de ativos a entidades governamentais com risco baixo e médio, 2,6% da quais consideradas sustentáveis.

A restante percentagem corresponde aos restantes investimentos do Fundo, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis e liquidez para a gestão corrente do fundo.

... e em relação a períodos anteriores?

Verificou-se uma melhoria da notação de rating ESG do Fundos, que passou de “Risco Médio” para “Risco Baixo”. A exposição a entidades com notação de risco baixo aumentou, por contrapartida de entidades com risco considerado alto e severo.

Rating ESG	2024	2025
Risco Negligenciável	13,9%	13,5%
Risco Baixo	25,1%	37,9%
Risco Médio	37,6%	29,5%
Risco Alto	13,5%	7,1%
Risco Severo	0,0%	2,1%
Total	90,1%	90,1%

Durante o ano 2025 foram adotados, pela Sociedade Gestora, indicadores adicionais para verificação do princípio de “Não Prejudicar Significativamente” nenhum dos objetivos ambientais ou sociais dos investimentos sustentáveis. Esta introdução de indicadores adicionais originou que,

apesar da melhoria nas notações de risco ESG, a exposição a entidades consideradas sustentáveis diminuiu de 41,6% para 35,6%.

Quanto à exposição a entidades alinhadas com características A/S, verificou-se uma diminuição da de 84,1% para 74,9 em 2025%.

Relativamente aos indicadores analisados para entidades privadas destaque para uma melhoria nos indicadores relacionados com “Ética Empresarial” e “Privacidade e Segurança de Dados” e deterioração dos relacionados com “Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição”.

		Notação de Rating ESG:	Risco Médio	Risco Baixo
		Rating ESG		
Indicadores de Sustentabilidade		Variação	Contribuição	
			2024	2025
Sustentabilidade Ambiental	Gestão, Prevenção e Controlo da Poluição		3,8%	11,5%
	Uso de Água		1,3%	2,7%
	Eficiência na Utilização das Matérias-Primas		0,0%	0,8%
	Proteção e Restauo da Biodiversidade e dos Ecossistemas		0,7%	1,1%
Sustentabilidade Social	Direitos Humanos		0,1%	0,7%
	Gestão do Capital Humano e Relações Laborais		8,6%	7,2%
	Saúde e Segurança no Trabalho		1,6%	4,1%
	Ética Empresarial		16,6%	10,1%
	Corrupção		0,0%	0,0%
	Relação com a comunidade		2,5%	2,1%
	Privacidade e Segurança de Dados		16,5%	12,2%
Corporate Governance	Corporate Governance		25,9%	23,3%
Outros	Outros		22,3%	23,7%
TOTAL		-	100,0%	100,0%
% Ativos do Fundo		-	87,2%	85,8%
Promoção Características A/S		-	81,7%	72,3%
Sustentáveis		-	39,2%	33,0%

Uma contribuição superior de um ativo para o Rating ESG significa uma maior exposição do fundo ao respetivo risco.

Relativamente ao investimento em ativos emitidos por entidades governamentais, houve um ligeiro aumento da exposição, tendo-se mantido os valores em entidades consideradas alinhadas com características A/S, e que promovem alguma característica A/S, e sustentáveis.

Governos	Rating ESG	2024			2025		
		% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis	% Ativos	Promoção Características A/S	Sustentáveis
	Risco Negligenciável	1,0%	1,0%	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	Risco Baixo	1,4%	1,4%	1,4%	2,6%	2,6%	2,6%
	Risco Médio	0,5%	0,0%	0,0%	1,6%	0,0%	0,0%
	Total	2,90%	2,43%	2,43%	4,27%	2,63%	2,63%

Assim, para a totalidade da carteira, a componente de ativos considerada alinhada com características A/S e sustentável teve a seguinte evolução:

	% Ativos	2024	2025
Alinhados com características A/S		84,1%	74,9%
Sustentáveis		41,6%	35,6%

Quais foram os objetivos de investimento sustentáveis que o produto financeiro alcançou em parte e de que forma o investimento sustentável contribuiu para esses objetivos?

Tendo em vista a estratégia, política e objetivo do fundo, a IMGA procurou o investimento em entidades que permitissem maximizar a rentabilidade e, ao mesmo tempo, controlar o risco, nomeadamente os riscos relacionados com sustentabilidade. Para isso foram analisados os indicadores de sustentabilidade e as notações externas de rating ESG das entidades emitentes, simultaneamente com os tradicionais fatores financeiros, procurando, sempre que possível, reforçar o compromisso de promoção de um desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, foram realizados diversos investimentos que permitiram ao fundo cumprir com os objetivos de investimento sustentável a que se comprometeu, tendo atingido os valores apresentados nos quadros anteriores.

Por que razão é que os investimentos sustentáveis que o produto financeiro realizou em parte não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável em termos ambientais ou sociais?

Apenas são considerados como sustentáveis emissores com notações de rating ESG favoráveis e, que de acordo com a metodologia de análise dos fornecedores externos de research ESG, que incorporam objetivos em termos de sustentabilidade ambiental e/ou social e que não prejudicaram significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável. Para além disso, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, são analisados diversos indicadores ambientais e sociais dos principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, para os quais exista informação suficiente divulgada pela maioria dos emissores alvo do investimento. Assim, foram considerados para este efeito os seguintes indicadores relacionados com:

i. **Indicadores ambientais:** Emissões de gases com efeitos de estufa (emissões GEE), nomeadamente no que refere à intensidade dessas emissões face a um referencial setorial, impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade ou cujas atividades tenham impacto em espécies ameaçadas ou que provoquem a degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos ou que estejam significativamente envolvidas na fabricação de pesticidas e outros produtos agroquímicos. Relativamente aos emissores governamentais foram analisados indicadores relacionados com a intensidade das emissões carbónicas.

ii. **Indicadores sociais:** Também para os indicadores sociais se procura avaliar o alinhamento com normas mínimas aplicáveis a índices de referência da EU para a transição climática, nomeadamente o cumprimento dos princípios do Pacto Global das Nações Unidas ou as Diretrizes da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos para as empresas multinacionais, o envolvimento em quaisquer atividades relacionadas com armas controversas e produção de tabaco. Neste sentido não foram detetadas quaisquer situações de não cumprimento de qualquer princípio ou *guideline* previstos, bem como qualquer situação de envolvimento em atividades relacionadas com armas controversas ou com envolvimento significativo na produção de tabaco nos investimentos considerados sustentáveis.

Para os emissores governamentais foram analisados indicadores relacionados com a dispersão de rendimento entre a população, nomeadamente o coeficiente de Gini determinado pela OCDE, e indicadores os indicadores determinados pela organização não governamental Freedom House para as diversas componentes, nomeadamente liberdade de expressão, direitos humanos, corrupção, estabilidade política e estado de direito. Não são igualmente consideradas sustentáveis entidades onde sejam detetadas quaisquer situações de violação dos direitos humanos, normas laborais, diversidade e corrupção. Não foram ainda considerados sustentáveis os investimentos em países incluídos nas listas da EU, adotadas pelo Conselho em 17 de fevereiro de 2026, como se tratando de jurisdições não cooperativas para fins fiscais. Para além destes são analisadas quaisquer investimento e entidades governamentais sujeitas a violações de caráter social.

Informação adicional sobre o cálculo destes indicadores está disponível em:

https://www.imga.pt/media/6346/declaracao_pincipais_impactos_negativos_sustentabilidade.pdf

Adicionalmente, de forma a garantir que os investimentos do Fundo considerados sustentáveis não prejudicam significativamente qualquer outro objetivo de investimento sustentável, a Sociedade utiliza critérios de exclusão, análise de controvérsias, bem como repondera positivamente nas suas decisões de investimento os emissores identificados com baixos riscos materiais de exposição ambiental, social ou governação.

Os investimentos considerados como sustentáveis são analisados procurando detetar e analisar quaisquer situações de potencial incumprimento com as Diretrizes da OCDE para as Empresas

Os principais impactos negativos devem entender-se os impactos negativos mais significativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade nos domínios das questões ambientais, sociais e laborais, do respeito dos direitos humanos e da luta contra a corrupção e o suborno.

Multinacionais e dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos, incluindo os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carte Internacional dos Direitos Humanos.

Como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Numa primeira instância, os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade estão incorporados na análise da qual resulta a notação de rating ESG. Ainda, são considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas.

Adicionalmente, e de forma a verificar o cumprimento do princípio “Não prejudicar significativamente qualquer objetivo de investimento sustentável” previsto no ponto anterior foram considerados os indicadores referidos.

Os investimentos sustentáveis foram alinhados com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos? Informações pormenorizadas:

Apenas são considerados como sustentáveis os investimentos em emitentes que não apresentem situações de incumprimento relativo a qualquer uma das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

A taxonomia da UE estabelece um princípio de «não prejudicar significativamente», segundo o qual os investimentos alinhados com a taxonomia não devem prejudicar significativamente os objetivos da taxonomia da UE, sendo acompanhada de critérios específicos da UE.

O princípio de «não prejudicar significativamente» aplica-se apenas aos investimentos subjacentes ao produto financeiro que tenham em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental. Os investimentos subjacentes à restante parte deste produto financeiro não têm em conta os critérios da UE aplicáveis às atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Quaisquer outros investimentos sustentáveis também não devem prejudicar significativamente quaisquer objetivos ambientais ou sociais.



De que modo este produto financeiro teve em conta os principais impactos negativos nos fatores de sustentabilidade?

Conforme referido no ponto anterior relativo a como foram tidos em conta os indicadores de impactos negativos nos fatores de sustentabilidade, o Fundo tem em consideração os diversos indicadores ambientais e sociais, integrados na metodologia de rating. Adicionalmente, são ainda considerados os indicadores relacionados com questões laborais, respeito pelos direitos humanos e luta contra a corrupção e suborno previstos nos princípios do UN Global Compact e nas diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, bem como a exclusão de qualquer investimento em entidades que detenha a maioria das suas receitas em atividades relacionadas com o fabrico ou venda de armas controversas, nomeadamente minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas. A IMGA, em cumprimento da regulamentação em vigor, nomeadamente em cumprimento da divulgação dos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade prevista pelo Regulamento Delegado (EU) 2022/1288, divulga os indicadores considerados para a carteira consolidada de ativos. Não obstante, reconhecendo a importância que

estes indicadores poderão ter para uma análise informada dos investimentos do fundo, inclui neste ponto o desempenho da carteira de ativos no final do ano corrente e do ano anterior, medida pela soma da quota parte do fundo, proporcional ao investimento em cada entidade, para os indicadores considerados relevantes cuja cobertura de dados seja suficiente para permitir esta análise:

Quadro 1

Descrição dos principais impactos negativos sobre os fatores de sustentabilidade

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
INDICADORES SOBRE O CLIMA E OUTROS INDICADORES RELACIONADOS COM O AMBIENTE				
Emissões de gases com efeito de estufa				
1. Emissões de gases com efeito de estufa	13 102	81%	78 673	94%
Emissões de GEE de categoria 1	3 420	84%	6 985	94%
Emissões de GEE de categoria 2	121	84%	549	94%
Emissões de GEE de categoria 3	9 682	81%	71 139	94%
2. Pegada de carbono (ton CO2eq/mEUR investimento no fundo)	207	0%	652	83%
3. Intensidade de emissão de GEE das empresas beneficiárias do investimento (ton CO2eq/mEUR investimento)	1 649	79%	6 724	90%
4. Quota parte das atividades no setor dos combustíveis fósseis	9,2%	85%	0,1%	95%
5.1 Quota-parte do consumo de energias não renováveis	3827,3%	69%	45,5%	84%
5.2 Quota-parte da produção de energias não renováveis	482,9%	39%	8,5%	44%
Biodiversidade				
7. Atividades com impacto negativo em zonas sensíveis do ponto de vista da biodiversidade (% AUMs)	0,00%	85%	2,50%	95%
Resíduos				
9. Rácio de resíduos perigosos e de resíduos radioativos (ton/mEUR investimento)	29	84%	141	89%
INDICADORES RELACIONADOS COM AS QUESTÕES SOCIAIS E LABORAIS, O RESPEITO PELOS DIREITOS HUMANOS E A LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO E O SUBORNO				
Questões sociais e laborais				
10. Violações dos princípios UN Global Compact e das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%
11. Falta de processos e mecanismos de controlo da conformidade com os princípios UNGC ou com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais (% AUMs)	24,1%	85%	21,7%	95%
13. Diversidade de género nos conselhos de administração (% mulheres)	19,3%	63%	29,8%	79%
14. Exposição a armas controversas (minas antipessoais, munições de fragmentação, armas químicas e armas biológicas - % AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
AMBIENTAIS				
15. Intensidade de emissão de GEE (ton CO2eq/mEUR PIB)	3	100%	7	75%
SOCIAIS				
16. Países beneficiários do investimento sujeitos a violações de cariz social	0,0%	100%	0,0%	75%

Quadro 2

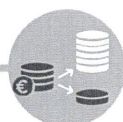
Indicadores adicionais sobre o clima e outros indicadores relacionados com o ambiente

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Emissões				
4. Investimentos em empresas sem iniciativas de redução das emissões de carbono (% AUMs)	43,8%	85%	24,7%	95%
Água, resíduos e emissões materiais				
7. Investimentos em empresas sem políticas de gestão dos recursos hídricos (% AUMs)	70,3%	85%	76,0%	95%
9. Investimentos em empresas produtoras de químicos (% AUMs)	0,2%	85%	0,0%	95%
10. Atividades com potencial impacto na degradação dos solos, desertificação, impermeabilização dos solos (%)	3,0%	85%	19,8%	95%
12. Investimentos em empresas sem práticas sustentáveis de exploração dos mares ou dos oceanos (% AUMs)	78,0%	85%	79,5%	95%
13. Resíduos não reciclados (ton/m EUR investimento)	2,7	46%	4,4	56%
14. Atividade com potencial impacto em espécies naturais e áreas protegidas (% AUMs)	0,0%	85%	3,5%	95%
15. Entidades sem políticas de gestão da desflorestação (% AUMs)	75,5%	85%	73,5%	95%
Títulos verdes				
sustentáveis do ponto de vista ambiental	44,2%	100%	83,5%	160%
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais	2024		2025	
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Títulos verdes				
17. Quota-parte das obrigações que não são emitidas ao abrigo da legislação da UE relativa às obrigações	1,9%	100%	4,3%	100%

Quadro 3

Indicadores adicionais relacionados com as questões sociais e laborais, o respeito pelos direitos humanos e a luta contra a corrupção e o suborno

Indicadores aplicáveis aos investimentos em empresas beneficiárias do investimento	2024		2025		
	Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura	
Questões sociais e laborais					
1. Investimentos em empresas sem políticas de prevenção de acidentes no trabalho (% AUMs)	25,3%	85%	13,8%	95%	
4. Ausência de código de conduta de fornecedor (% AUMs)	0,6%	85%	0,0%	95%	
5. Ausência de mecanismos de tratamento de queixas/reclamações relacionadas com questões laborais (%)	77,0%	85%	87,6%	95%	
6. Proteção insuficiente dos autores de denúncias (% AUMs)	0,0%	85%	6,7%	95%	
7. Numero de incidentes de discriminação	0	85%	0	95%	
7. Numero de incidentes de discriminação que resultaram na aplicação de sanções	0	85%	0	95%	
Direitos humanos					
9. Ausência de política de direitos humanos (% AUMs)	11,6%	85%	6,7%	95%	
10. Ausência de diligência devida (% AUMs)	20,0%	85%	12,2%	95%	
11. Ausência de processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos (% AUMs)	11,6%	85%	6,7%	95%	
12. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho infantil (% AUMs)	0,5%	85%	0,0%	95%	
13. Operações e fornecedores com um risco significativo de utilização de trabalho forçado o (% AUMs)u	0,3%	85%	4,6%	95%	
14. Número de casos identificados de problemas e incidentes graves de desrespeito dos direitos humanos	0	85%	0	95%	
Luta contra a corrupção e o suborno					
15. Ausência de políticas de luta contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,0%	85%	0,0%	95%	
16. Casos de medidas insuficientes de combate a violações das normas contra a corrupção e o suborno (% AUMs)	0,6%	85%	0,0%	95%	
17. Número de condenações por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	95%	
17. Multas aplicadas por infrações das leis de combate à corrupção e ao suborno	0	85%	0	95%	
Indicadores aplicáveis aos investimentos em organizações soberanas e supranacionais		2024		2025	
		Impacto	Cobertura	Impacto	Cobertura
Sociais					
18. Pontuação média das desigualdades de rendimento	0,3	100%	0,3	75%	
19. Pontuação média em termos de liberdade de expressão	3,5	100%	3,5	75%	
Direitos humanos					
20. Desempenho médio em matéria de direitos humanos	3,6	100%	3,7	75%	
Governance					
21. Pontuação média em termos de corrupção	3,6	100%	3,5	75%	
22. Jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais	0,0%	100%	0,0%	75%	
23. Pontuação média em termos de estabilidade política	4,0	100%	4,0	75%	
24. Pontuação média em termos de aplicação do Estado de direito	3,3	100%	3,3	75%	



Quais foram os principais investimentos deste produto financeiro?

A lista inclui os investimentos que constituem os maiores investimentos efetuados pelo produto financeiro durante o período de referência, a saber: 01/01/2025 a 31/12/2025.

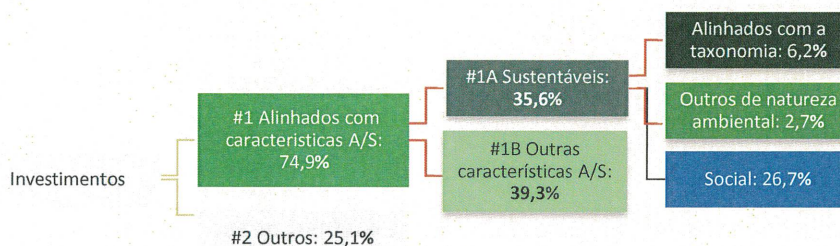
Investimentos mais avultados	Setor	Pais	% de ativos
DP/INDOSUEZ/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	10,70%
DP/BANKOFCHINA/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	7,29%
DP/BKT/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	6,52%
DP/BTG PACTUAL/EUR	Depósitos a Prazo	Luxemburgo	4,70%
DP/MG/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	3,87%
DP/NB/EUR	Depósitos a Prazo	Portugal	2,73%
A2A Spa 2.5% 15/06/26	Utilities	Itália	1,59%
Thales SA 0% 26/03/26	Aerospace & Defense	França	1,56%
Galp Energia SGPS SA 2% 15/01/26	Oil & Gas Producers	Portugal	1,53%
Terna Rete Elettrica 1% 10/04/26	Utilities	Itália	1,37%
Nykredit Realkredit AS 0.25% 13/01/26	Banks	Dinamarca	1,36%
Leonardo SPA 2.375% 08/01/26	Aerospace & Defense	Itália	1,36%
Safran SA 0.125% 16/03/26	Aerospace & Defense	França	1,29%
RWE AG 2.125% 24/05/26	Utilities	Alemanha	1,25%
EUR - Credito Agricola	Liquidez	Portugal	1,23%
CA AutoBank SPA IE Float 26/01/26	Diversified Financials	Itália	1,22%
ENI SPA 1.25 18/05/26	Oil & Gas Producers	Itália	1,21%
CaixaBank SA 1.375% 19/06/26	Banks	Espanha	1,19%
OP Corporate Bank PLC 2.875% 15/12/25	Banks	Finlândia	1,03%

EDP SA 2.875% 01/06/26	Utilities	Portugal	1,02%
Erste Group Bank AG 0.875% 22/05/26	Banks	Áustria	1,01%
Enel Finance Intl NV 0.25% 17/11/25	Utilities	Países Baixos	0,96%
Anglo American Capital 1.625% 11/03/26	Diversified Metals	Reino Unido	0,95%
ASML Holding NV 1.375% 07/07/26	Semiconductors	Países Baixos	0,90%
Banco Santander SA 3.75% 16/01/26	Banks	Espanha	0,83%
DH Europe Finance 0.2% 18/03/26	Pharmaceuticals	Luxemburgo	0,83%
2I Rete Gas SPA 2.195% 11/09/25	Utilities	Itália	0,82%

Qual foi a proporção de investimentos relacionados com a sustentabilidade?

Qual foi a alocação dos ativos?

A **alocação dos ativos** descreve a percentagem dos investimentos em ativos específicos.



Para cumprir a taxonomia da EU, os critérios aplicáveis ao **gás fóssil** incluem limitações das emissões e a transição para energias plenamente renováveis ou combustíveis hipocarbónicos até ao final de 2035. No que respeita à **energia nuclear**, os critérios incluem normas exaustivas em matéria de segurança e de gestão de resíduos.

As **atividades capacitantes** permitem diretamente a outras atividades contribuir de forma substancial para um objetivo ambiental.

As **atividades de transição** são atividades para as quais ainda não existem alternativas hipocarbónicas e que, entre outras, apresentam níveis de emissões de gases com efeito de estufa que correspondem ao melhor desempenho.

#1 Alinhados com características A/S inclui os investimentos do produto financeiro utilizados para alcançar as características ambientais ou sociais promovidas pelo produto financeiro.

#2 Outros inclui os restantes investimentos do produto financeiro, não alinhados com características ambientais ou sociais nem qualificados como investimentos sustentáveis.

A categoria **#1 Alinhados com características A/S** abrange:

- A subcategoria **#1A Sustentáveis** abrange os investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais.
- A subcategoria **#1B Outras características A/S** abrange os investimentos alinhados com características ambientais ou sociais que não são qualificados como investimentos sustentáveis.

Valores em percentagem do ativo do Fundo

Em que setores económicos foram realizados investimentos?

Setor	Subsetor	% Ativo
Depósitos a Prazo	Depósitos a Prazo	36,4%
Banks	Diversified Banks	8,1%
	Regional Banks	6,2%
	Thriffs and Mortgages	1,4%
	Utilities	4,8%
Utilities	Electric Utilities	4,8%
	Multi-Utilities	4,0%
	Independent Power Production and Traders	3,0%
	Gas Utilities	1,6%
Sovereign	Sovereign	7,5%
Diversified Financials	Consumer Finance	2,0%
	Investment Banking and Brokerage	1,7%
	Asset Management and Custody Services	0,7%
	Financial Exchanges and Data Services	0,5%
	Aerospace & Defense	Aerospace and Defence
Oil & Gas Producers	Integrated Oil & Gas	3,5%
Food Products	Packaged Foods	1,6%
	Beer, Wine and Spirits	0,6%
	Soft Drinks	0,5%

Healthcare	Medical Devices	1,6%
	Medical Services	0,2%
Commercial Services	Facilities Maintenance	1,7%
Pharmaceuticals	Laboratory Equipment and Services	1,5%
Transportation Infrastructure	Highways and Railroads	1,4%
Liquidez	Liquidez	1,3%
Machinery	Heavy Machinery and Trucks	1,0%
Diversified Metals	Diversified Metals Mining	0,9%
Semiconductors	Semiconductor Equipment	0,9%
Automobiles	Automobiles	0,6%
Telecommunication Services	Telecommunication Services	0,4%
Chemicals	Commodity Chemicals	0,3%
Transportation	Shipping	0,1%
Steel	Steel	0,1%



Em que medida estiveram os investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental alinhados com a taxonomia da UE?

O produto financeiro investiu em atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou a energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE¹?

Sim:

Gás fóssil

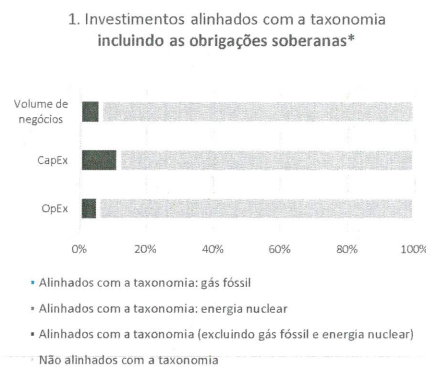
Energia nuclear

X Não

As atividades alinhadas pela taxonomia são expressas em percentagem do seguinte:

- **Volume de negócios**, refletindo a percentagem das receitas provenientes das atividades ecológicas das sociedades beneficiárias do investimento;
- **Despesas de capital (CapEx)**, demonstrando os investimentos ecológicos realizados pelas empresas beneficiárias do investimento, por ex. com vista à transição para uma economia verde;
- **Despesas operacionais (OpEx)**, refletindo as atividades operacionais ecológicas das empresas beneficiárias do investimento.

Quando aplicável, os dois gráficos que se seguem mostram, a verde, a percentagem mínima de investimentos que foram alinhados com a taxonomia da UE. Uma vez que não existe uma metodologia adequada para determinar o alinhamento pela taxonomia das obrigações soberanas*, o primeiro gráfico mostra o alinhamento com a taxonomia a respeito de todos os investimentos do produto financeiro, incluindo as obrigações soberanas, enquanto o segundo apresenta o alinhamento pela taxonomia apenas em relação aos investimentos do produto financeiro que não sejam obrigações soberanas.



* Para efeitos destes gráficos, as «obrigações soberanas» devem entender-se todas as exposições soberanas.

¹ As atividades relacionadas com o gás fóssil e/ou nuclear só respeitarão a taxonomia da UE se contribuírem para limitar as alterações climáticas (“mitigação das alterações climáticas”) e não prejudicarem significativamente qualquer objetivo da taxonomia da UE – ver nota explicativa na margem esquerda. Todos os critérios aplicáveis às atividades económicas nos domínios do gás fóssil e da energia nuclear que cumpram a taxonomia da UE são definidos no Regulamento Delegado (UE) 2022/1214 da Comissão.



São investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental que não têm em conta os critérios aplicáveis as atividades económicas sustentáveis do ponto de vista ambiental nos termos do Regulamento (EU) 2020/852.

Qual foi a percentagem de investimentos em atividades de transição e capacitantes?

Apenas 10% dos investimentos em carteira reportavam dados ao abrigo da Taxonomia EU no final do ano. Destes apenas 6,2% das vendas médias derivaram de atividades alinhadas com a taxonomia EU, sendo que 1,9% respeitava a operações próprias, 2,6% a atividades capacitantes, 0,1% a atividades de transição e os restantes 1,6% não divulgam dados suficientes relativos à origem deste alinhamento.

Comparar a percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia da EU com os investimentos realizados em períodos de referência anteriores?

Verificou-se um acréscimo de na percentagem de investimentos alinhados com a taxonomia em 2025, tendo o valor passado de 2,2% para 6,2. A percentagem de entidades a reportar dados ao abrigo desta regulamentação manteve-se nos 10%.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da UE?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, da totalidade de investimentos considerados sustentáveis (35,6%), 2,7% foram considerados sustentáveis com um objetivo ambiental não alinhados com a taxonomia da EU.



Qual foi a percentagem de investimentos sustentáveis do ponto de vista social?

Conforme disposto no gráfico acima, onde é apresentada a alocação de ativos, 35,6% dos investimentos do Fundo são considerados investimentos sustentáveis com objetivos ambientais ou sociais. Destes 26,7% são considerados sustentáveis do ponto de vista social.



Que investimentos foram incluídos na categoria «Outros», qual foi a sua finalidade, e foram aplicadas salvaguardas mínimas em matéria ambiental ou social?

Os investimentos na categoria “Outros” incluem depósitos e títulos de dívida de empresas de diversos setores de atividade não qualificadas como alinhadas com características A/S ou sem dados disponíveis que permitam a sua avaliação em termos ESG. Estes investimentos têm como finalidade a diversificação da carteira de ativos e a gestão de liquidez.

A verificação do cumprimento das salvaguardas mínimas está presente na metodologia da sociedade gestora para avaliação de cada entidade. Esta monitorização é tida em conta aquando da avaliação ao nível do rating ESG, que inclui para além do comportamento de diversos indicadores ambientais e sociais, uma análise ao governo de cada entidade.

É ainda verificado o cumprimento das normas e princípios internacionais, nomeadamente as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e os princípios do UN Global Compact. Neste sentido, não foram detetadas situações de non-compliance com os standards globais de sustentabilidade, nomeadamente com as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais, com os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos ou com os princípios do UN Global Compact. Existiam, no entanto, em carteira ainda outras 3 entidades, correspondentes a 2% dos ativos do fundo, que se encontram em acompanhamento relativamente a potenciais situações de incumprimento.

Para além disso estão excluídas do universo de investimento entidades que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos como Jogo, Armamento Pessoal e Tabaco.





Que medidas foram tomadas para alcançar as características ambientais e/ou sociais durante o período de referência?

Durante o último ano, o Fundo procurou incrementar o seu nível de investimento em empresas de emitentes com notações de rating ESG favoráveis, de forma a melhorar o nível de rating ESG Global do Fundo. Foi dada ainda especial atenção a eventuais controvérsias a que os emitentes pudessem estar expostos e ao cumprimento das Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais ou dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Não foram ainda realizados quaisquer novos investimentos em setores considerados controversos, nomeadamente em empresas que tenham a maioria das suas receitas dependentes de negócios específicos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.





i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 31 de dezembro de 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA Monetário (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 122 804 051 euros e um total de capital do OIC de 122 626 459 euros, incluindo um resultado líquido de 2 254 533 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as Divulgações anexas às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto do Mercado Monetário CA Monetário, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Ativos.



Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

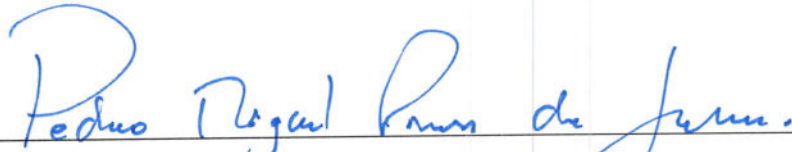
Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a matéria prevista no n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos

Nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, que concretiza o Regime de Gestão de Ativos, devemos pronunciar-nos sobre o cumprimento dos critérios e pressupostos de avaliação dos ativos que integram o património do OIC.

Sobre a matéria indicada não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 29 de abril de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)